



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 1º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP
70047-900
Telefone: 2022-9500 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.008635/2019-79

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Capacitação de servidores no curso **AFO - Administração Financeira e Orçamentária na Administração Pública**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

PARTICIPANTE	Diógenes Henrique Peixoto da Silva
EMAIL	DiogenesSilva@mec.gov.br
CPF	838.614.401-72
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Edilson Jose da Rocha
EMAIL	EdilsonRocha@mec.gov.br
CPF	381.704.341-49
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Evilen Campos
EMAIL	EvilenCampos@mec.gov.br
CPF	826.295.286-34
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Isleide Barbosa Silva
EMAIL	IsleideSilva@mec.gov.br
CPF	921.264.051-68
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Izabel Pereira Braga
EMAIL	IzabelBraga@mec.gov.br
CPF	841.238.421-00
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Juliana Teixeira Almeida Azevedo
EMAIL	JulianaAzevedo@mec.gov.br
CPF	839.498.103-82
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Nara de Sousa Gonzaga
EMAIL	NaraGonzaga@mec.gov.br
CPF	647.715.471-49
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	R\$ 2.500,00

PARTICIPANTE	Rebeca Oliveira Gomes
EMAIL	RebecaGomes@mec.gov.br
CPF	004.077.251-99
SIAPE	
VALOR DO INVESTIMENTO	Cortesia

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aprimorar conhecimento dos técnicos envolvidos nas ações de planejamento, acompanhamento execução e controle das ações orçamentárias e financeiras no âmbito das diversas Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

2.2. O curso tem como objetivos propiciar aos alunos conhecimentos sobre as práticas de planejamento governamental, a partir do estudo do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus créditos adicionais; apresentar temas relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), receita e despesa públicas, resultados fiscais e procedimentos de execução e acompanhamento da execução orçamentária; aprimorar o estudo do orçamento e finanças públicas por meio da utilização de ferramentas relacionadas ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); e garantir que as ações dos alunos relativas à execução orçamentária e financeira se pautem dentro da legalidade e demais princípios administrativos, já consagrados na jurisprudência pertinente e nas doutrinas administrativa e financeira nacionais, além de ações pertinentes à auditoria interna e externa.

2.3. Não há oferta vigente nas escolas de Governo Federal de curso solicitado e não foi encontrada turma confirmada em outras instituições para o primeiro semestre de 2019.

3. CARACTERIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666, de 1993, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

3.2. A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal."

Corroborando também com a lei, a Decisão nº 439/98 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

"11. Outras entidades, como a Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF, tentam utilizar a modalidade técnica e preço, cabível 'para serviços de natureza predominantemente intelectual' (art. 46 da Lei das Licitações). Logo descobrem, porém, que a definição dos critérios para avaliação das propostas técnicas é extremamente complexa. Além disso, para que a seleção cumpra o objetivo de escolher a melhor proposta, o julgamento desses critérios precisa ser confiado a uma banca de examinadores, composta por experts na matéria específica e em didática, aos quais os licitantes precisam ministrar uma aula e uma síntese do material didático a ser elaborado. 12. Esse tipo de licitação foi abandonado pela ESAF, pois logo constatou-se ser antieconômico e extremamente moroso, já que a diversidade dos cursos oferecidos demandava uma grande quantidade de bancas examinadoras específicas, para as quais era necessário contratar profissionais mediante processo licitatório. Por essa sistemática, portanto, não se atendia ao interesse público."

"14. Nesse ponto, valemo-nos das palavras do Exmo. Ministro Carlos Átila no voto que fundamentou a proposta de decisão ora em exame: 'Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público - como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores - parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário. São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva 'viabilidade de licitação' para formalizar tais contratos."

"19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.' ("in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111)."

4. DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO

4.1. Curso: AFO - Administração Financeira e Orçamentária na Administração Pública.

5. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.1. Notória especialização do profissional contratado ou da empresa contratada.

5.2. A One Cursos Treinamentos & Desenvolvimento destaca-se no segmento de Orientação, Capacitação e Treinamento de agentes públicos com uma diversidade de produtos e serviços específicos, especialmente voltados para a área de administração orçamentária, financeira e de contratações públicas. Tem como público alvo Servidores e/ou Gestores Públicos Federais e usuários dos principais sistemas corporativos do Governo Federal (SIGPlan, SIOP, SIAFI e SIASG) que atuem em rotinas de planejamento, administração orçamentária e financeira, bem como em processos de compras e contratação de serviços, controle interno, controle externo e auditoria.

5.3. Atuante há mais de 10 (dez) anos no mercado de cursos e eventos especializados em capacitação técnica para servidores, a empresa já realizou, com a participação de integrantes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/MEC, o "Curso Avançado do Tesouro Gerencial" e o "Curso de Siafi Operacional e PCASP: Execução Orçamentária e Financeira", respectivamente, em novembro e dezembro de 2018.

6. **BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS DA CONTRATAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS**

6.1. Os benefícios diretos e indiretos advindos da realização do curso em questão são:

- Como benefício direto, a atualização e capacitação dos servidores a respeito das rotinas exigidas para realização de suas atividades no Órgão Setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;
- Como benefício indireto, a orientação e transmissão do conhecimento adquirido à equipe interna e às unidades orçamentárias vinculadas a este Ministério.

6.2. As atividades desenvolvidas pelos servidores em questão destinam-se a orientar as 160 unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação com base no acompanhamento, execução e controle dos processos de execução orçamentária e financeira.

6.3. Espera-se, com a realização do curso, desenvolver, coordenar e avaliar atividades no âmbito do Ministério da Educação, promover o fortalecimento institucional e viabilizar a adoção das melhores práticas nas ações de orientar o acompanhamento da execução e controle dos processos de execução orçamentária e financeira.

7. **DETALHAMENTO DO SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO**

7.1. O curso será realizado em Brasília-DF, no período de 15 a 17 de abril de 2019, no Centro de Treinamento da One Cursos, localizado na SCS Quadra 2, Bloco B, Lote 20, Edf. Palácio do Comércio, Salas 208/408, CEP 70.318-900, Brasília-DF. A carga horária é de 24 horas, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h.

7.2. O público-alvo destina-se a atender, prioritariamente a gestores públicos, contadores, auditores, coordenadores, especialistas e técnicos envolvidos nas ações de planejamento, acompanhamento execução e controle das ações orçamentária, financeira e patrimonial das diversas áreas e esferas de governo, e demais profissionais de administração, economia e gestores públicos que trabalhem com informações orçamentárias e financeiras e patrimoniais no âmbito do Governo Federal, Estados e Municípios.

7.3. Principais tópicos que serão ministrados:

7.3.1. Conceitos, finalidade e natureza jurídica dos orçamentos:

- Do orçamento tradicional ao orçamento de resultados. Princípios orçamentários.

7.3.2. Receita pública e suas classificações orçamentárias:

- Categorias econômicas, natureza e fontes de recursos.

7.3.3. Despesa pública e suas classificações orçamentárias:

- Institucional, funcional, estrutura programática (projeto, atividade, operação especial), natureza e identificadores.

7.3.4. Modelo orçamentário da Constituição de 1988:

- Planejamento Orçamentário.
- Plano Plurianual: conteúdo e prazos, integração com a LOA e o novo PPA.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias: conteúdos, Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais.

- Lei Orçamentária Anual: conteúdo e prazos, execução e mecanismos de controle do orçamento.
- Processo Orçamentário Federal: rigidez orçamentária, vinculações de receitas e DRU, despesas obrigatórias.
- Orçamento - Programa: fundamentos e técnicas. Ciclo orçamentário.

7.3.5. Despesa Pública:

- Funções sociais do gasto público.
- Conceitos.
- Estágios da despesa pública (fixação, empenho, liquidação e pagamento).
- Execução: programação financeira, contingenciamentos e limitação de empenho, retificações orçamentárias (créditos adicionais), restos a pagar e suprimento de fundos.
- Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal.
- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

7.3.6. Controle interno, auditoria e controle externo:

- Sistemas de controle na Administração Pública brasileira (artigos 70 a 74 da Constituição Federal). Tribunal de Contas da União: natureza, competência e jurisdição.

7.3.7. Noções da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- Princípios, conceitos, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias.

8. DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO, RECURSOS E PROGRAMA DE TRABALHO

8.1. O valor total dos serviços, objeto da contratação, é **R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, correspondentes à inscrição de 7 (sete) servidores, além de 1 (uma) inscrição adicional por cortesia da Contratada. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério da Educação.

9. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

9.1. O valor do curso é compatível com os demais preços praticados pelo mercado para eventos de mesma duração e complexidade e inclui o fornecimento de certificados, materiais didáticos e de apoio, tais como apostila, exercícios, pasta executiva, crachá de identificação, canetas, blocos de anotações, almoço e *coffee-break*.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pela Contratante em nome da **One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **06.012.731/0001-33**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

11. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

11.1. O responsável pelo acompanhamento da execução do curso, objeto deste instrumento, será:

- Nome: Glauber Pimentel de Queiroz
- Siape: XXXXXXXXXX
- Cargo: Coordenador Geral de Orçamento
- Setor: Coordenação Geral de Orçamento - CGO / Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações do prospecto informativo acerca do evento (Proposta de Preços);

12.2. Fornecer material didático (apostilas e demais materiais necessários ao desenvolvimento do curso).

12.3. Responsabilizar-se pelo recebimento da nota de empenho e faturamento;

12.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

12.5. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;

12.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Confirmação das inscrições dos servidores;

13.2. Envio da lista com todos os nomes;

13.3. Informar com antecedência quaisquer alterações;

13.4. Envio da nota de empenho;

13.5. Efetuar pagamento após a realização do evento conforme valor resultante da prestação do serviço;

13.6. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;

13.7. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;

13.8. Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;

13.9. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado.

14. **DA ENTIDADE PROMOTORA**

14.1. ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA.

- CNPJ: 06.012.731/0001-33
- Inscrição Estadual: 07.450.679/001-48
- Banco Bradesco AG: 3341-3 Conta Corrente:01939-9

14.2. **TELEFONES**

- (61) 3224-0785
- (61) 3223-8360
- (61) 3032-9030

14.3. **FAX:**

- (61) 3322-1815
- (61) 3032-9033

14.4. **E-MAIL:**

- inscricao@onecursos.com.br
- onecursos@gmail.com

14.5. **ENDEREÇO:**

- SCS, Quadra 02, Bloco B, Lote 20, Edf. Palácio do Comércio, Salas 208/408

- CEP: 70.318-900 Brasília-DF

14.6. A Empresa One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA, está cadastrada no sistema de Cadastramento de fornecedores – SICAF.

Brasília, 22 de março de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Glauber Pimentel Queiroz, Coordenador(a) Geral**, em 26/03/2019, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Vinícius Marques do Val Cortês, Subsecretário(a)**, em 28/03/2019, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1479738** e o código CRC **48E799D8**.

1.